

# A visão realista da negociação

*Ainda GK*

**ESTÁ MONTADO** o calendário da próxima rodada de negociação da dívida externa brasileira. A partir de 15 de dezembro, começamos a conversar com o Clube de Paris os débitos com governos; ao mesmo tempo, começam os contatos com os bancos internacionais. Os interlocutores não são os mesmos, mas o problema é um só: deveremos apresentar níveis idênticos de flexibilidade ou de rigidez, ainda que, de uma discussão para outra, sejam diferentes o montante da dívida e a qualificação dos credores.

**AINDA ESTÁ** aberta ao debate interno a questão da estratégia do Governo brasileiro. Existe a premissa de que não se pagará a dívida com o sacrifício do povo. Apenas na aparência isto é retórica de palanque: trata-se na realidade de um compromisso político formal que, ao ser traduzido em termos econômicos, significa uma limitação à transferência de recursos para o exterior, medida em percentagem do Produto Interno Bruto.

**HÁ CONSENSO** no Governo de que essa transferência é hoje excessiva. Não se trata unicamente de uma opção entre atender ou aos credores ou às necessidades de desenvolvimento do País. Além disto, enfrentamos o problema conjuntural de escassez de reservas e de má performance na balança comercial. O superávit previsto de US\$ 13 bilhões para este ano não deverá chegar aos US\$ 10 bilhões, mesmo com as medidas, já em execução, de estímulo à exportação; e técnicos do Governo temem que, em 1987, o saldo não supere os US\$ 8,5 bilhões.

**TEMOS** pela frente, portanto, a necessidade de convencer os credores a adotarem uma visão realista da situação. Fundamentalmente, convencê-los de que o volume de pagamentos num dado período é menos importante, para os seus próprios interesses, do que ajudar um devedor como o Brasil — que de-

ve muito mas paga bem — a gozar de boa saúde econômica.

**EVIDENTEMENTE**, essa compreensão por parte dos credores não pode ser acompanhada da exigência de que sejam eles ou o Fundo Monetário Internacional quem vai escolher os caminhos que levam a essa boa saúde. Está envolvido nesse ponto o princípio da soberania nacional, somado à constatação prática de que ninguém melhor do que nós mesmos sabe como resolver os nossos problemas. Comprovar-nos experiências nossas e de outros países com os rígidos parâmetros do FMI.

**A PARTIR** desses dados básicos do quadro, as possibilidades de negociação são muitas. O serviço da dívida é composto de diversos itens, e sobre todos é possível conversar e chegar a acordo.

**ALÉM DE** possível, é necessário, também, trabalhar para um acordo a longo prazo, que poupe devedor e credores do desgaste e da incerteza que acompanham as discussões periódicas. O Governo tem esse objetivo, e vem trabalhando nesse sentido. Seria um retrocesso se, devido a dificuldades de momento, essa meta fosse abandonada, mesmo que provisoriamente.

**AS MEDIDAS** de reajuste do Plano Cruzado, uma vez libertadas da verdadeira tragédia de erros que cercou o seu detalhamento prático e a sua divulgação, contém os elementos necessários a que o Brasil apresente à mesa das negociações um programa consistente e viável que desperte em nossos interlocutores a atitude realista que beneficiará ambas as partes. Mostrando ao Mundo a casa arrumada, ou em processo racional de arrumação, estaremos tão perto de um acordo quanto possível.

**POR OUTRO** lado, há a hipótese de não existir entendimento. Seria absurdo que iniciássemos um diálogo sem levar em conta a possibilidade de

frustração. Nossa estratégia estaria incompleta se não incluísse entre suas variáveis a necessidade de uma decisão unilateral. Não há radicalismo em se enfrentar a obstinação com a firmeza, com a fixação de um ponto além do qual não há concessão possível.

**ISTO FAZ** parte da natureza das negociações. O que não podemos é inverter os fatos e fazer da decisão unilateral o fato inicial — e portanto único — de nosso discurso aos credores. No entanto, o Governo está enfrentando forte pressão para que faça exatamente isso.

**TRATA-SE**, em suma, de uma tentativa de enfrentar a repercussão doméstica negativa do Cruzado II com aquilo que já se chama em Brasília de "fato redentor": uma demonstração de força no plano externo, de preferência reforçada pelo charme ilusório da palavra "moratória", que supere o descontentamento e reforce a adesão popular em torno do Governo.

**ORA**, ISTO não é estratégia, e sim uma manobra, de objetivos transparentes tanto para a opinião pública — muito menos ingênua do que os políticos supõem — quanto para os nossos credores. Nenhum outro caminho, por essa razão, levaria com mais rapidez ao fracasso da negociação. Apenas para ilustrar, reconhecendo a fragilidade das analogias, é sempre bom lembrar o que aconteceu com o regime militar da Argentina, quando tentou obter coesão interna com a mobilização popular em torno da aventura da guerra nas Malvinas.

**OS TERMOS** que levaremos à discussão da dívida externa têm fundamento político, sim, na medida que é política a decisão de não subordinar aos desejos dos credores e do FMI a soberania nacional e o bem-estar do povo brasileiro. O que não poderão ter é o objetivo político-partidário de poupar constrangimentos ao PMDB.